UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
CAMPUS DO SERTÃO

TARCISO DOS SANTOS FEITOSA

AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES E AS RELAÇÕES DE PODER EM TORNO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO CAMPO ALAGOANO: UMA REFLEXÃO À LUZ DO ASSENTAMENTO MARIA CRISTINA EM DELMIRO GOUVEIA-AL

Delmiro Gouveia - AL
2020

TARCISO DOS SANTOS FEITOSA

AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES E AS RELAÇÕES DE PODER EM TORNO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO CAMPO ALAGOANO: UMA REFLEXÃO À LUZ DO ASSENTAMENTO MARIA CRISTINA EM DELMIRO GOUVEIA-AL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia licenciatura, do Campus do Sertão, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Geografia.

Orientador: Prof. Me. Luã Karll de Oliveira.

Delmiro Gouveia
2020

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia
Bibliotecária responsável: Sâmela Rouse de Brito Silva – CRB-4/2063

F311m Feitosa, Tarciso dos Santos
As múltiplas territorialidades e as relações de poder em torno da questão agrária no campo alagoano: uma reflexão à luz do assentamento Maria Cristina em Delmiro Gouveia-AL /
Tarciso dos Santos Feitosa. – 2021.
40 f. : il.

Orientação: Luã Karll de Oliveira.
Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2021.

1. Camponeses 2. Capitalismo no campo. 3. Reforma agrária. 4.Título.

CDU: 911.3

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO: **GEOGRAFIA - LICENCIATURA**

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:
GEOGRAFIA – LICENCIATURA

Ao vigésimo dia do mês de outubro de dois mil e vinte, às 15h30min (Quinze e trinta), sob a Presidência do Professor **Luã Karll de Oliveira** e em sessão pública realizada através da plataforma digital Oficial da Universidade Federal de Alagoas, Webconferência RNP, reuniu-se a Banca Examinadora de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **"As múltiplas territorialidades e as relações de poder em torno da questão agrária no campo alagoano: uma reflexão à luz do assentamento Maria Cristina em Delmiro Gouveia-AL"** do aluno **"Tarciso dos Santos Feitosa"**, sob matrícula **16111975**, requisito obrigatório para conclusão do curso de Licenciatura em Geografia, assim constituída: **Prof. Luã Karll de Oliveira** (orientador); **Prof. Lucas Gama Lima** (1º examinador) e **Prof. Dhiego Antonio de Medeiros** (2º examinador). Iniciados os trabalhos foi dado ao candidato o tempo de 20 (vinte) minutos para a sua apresentação e 20 (vinte) minutos para cada examinador. Terminada a defesa do trabalho, procedeu-se o julgamento final, observada a ordem de arguição: **Prof. Luã Karll de Oliveira**, nota 8,0, Prof. **Lucas Gama Lima**, nota 8,0 e Prof. **Dhiego Antonio de Medeiros**, nota 8,0. Apuradas as notas, o candidato foi considerado **aprovado** com média geral 8,0. Na oportunidade o candidato foi notificado do prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, para entregar a Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso, devidamente protocolada, a versão definitiva do trabalho defendido em 2 (duas) vias impressas e encadernadas e 1 (uma) cópia em meio digital (CD-ROM) com as correções sugeridas pela Banca, sem o que esta avaliação se tornará sem efeito, passando o aluno a ser considerado reprovado. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados para a lavratura da presente ATA, que depois de lida foi assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Delmiro Gouveia/AL, 20 de outubro de 2020.

Orientador — Prof. Luã Karll de Oliveira – UFAL/Campus do Sertão

1º Examinador — Prof. Lucas Gama Lima – UFAL/Campus do Sertão

2º Examinador — Prof. Dhiego Antonio de Medeiros – UNEAL/Campus V

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho aos meus pais, Maria Celia e José Martins, que mesmo sendo semianalfabetos, pedreiro e dona de casa, sempre me incentivaram a continuar os estudos.

Dedico também a minha amada esposa Evania, por todo o amor e dedicação, cooperação e incentivo ao longo do curso e da elaboração do trabalho.

Dedico aos meus queridos filhos, que são a força que me impulsionam a continuar sempre aprimorando meus conhecimentos em busca de uma vida menos sofrida para toda a família.

Por fim, dedico a todos os injustiçados do mundo que lutam por um pedaço de terra para formar seu território, onde possam viver segundo suas próprias necessidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, por todos os ensinamentos que me acompanharão por toda a minha vida.

Agradeço ao meu orientador, professor Luã Karll de Oliveira, pela paciência, dedicação e instrução dedicadas a mim ao longo da elaboração do presente trabalho.

A todos esses meu muito obrigado

RESUMO

O presente estudo é resultado da análise das relações territoriais do assentamento Maria Cristina no município de Delmiro Gouveia – AL. Os assentamentos de reforma agrária são formados com o intuito de promover a reprodução da vida dos camponeses, desenvolvendo seu estilo de vida, residindo e produzindo em terras que anteriormente encontravam-se improdutivas. Entretanto, um processo inverso pode ser observado, qual seja, a saída dos camponeses do assentamento em direção á cidade. Contanto, faz se necessário a análise empírica e conceitual das razões que desencadeiam tais ações, uma vez que o território de que parte dos camponeses buscam se desfazer é o mesmo pelo qual agarraram-se em outrora para conquistar o direito de se instalarem. A análise do assentamento e das famílias assentadas deverá abranger as relações territoriais na micro e macro esfera, que interferem direta e indiretamente na vida das famílias de um modo geral.

Palavras chave: Camponeses. Reforma agrária. Capitalismo no campo.

ABSTRACT

The present study is the result of the analysis of the territorial relations of the Maria Cristina settlement in the municipality of Delmiro Gouveia – AL. Agrarian reform settlements are formed with the aim of promoting the reproduction of pensaments' lives, devolping their lifestyle, residing and producing on land that was previosly unproductive. However, a reverse process can be observed, that is, the departure of the peasants form the settlement towards the city. However, it is necessary to carry out na empirical and conceptual analysis of the reasons that trigger such actions, since the territory that parto f the peasants seek to dispose of is the same territory, that they once clung to in order to gain the right to settle. The analysis of the settlement and settled families should cover territorial relations in the micro and macro shere, which directly and indirectly interfere in the lives of families in eneral.

Keywords: Peasants. Land reform. Capitalism in the coountryside.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Cultivo das vinte entrevistadas no Assentamento Maria Cristina.....29

Tabela 2. Animais criados pelas vinte famílias entrevistadas no Assentamento Maria Cristina.....30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Principais formas de renda de renda das famílias entrevistadas no Assentamento Maria Cristina.....25

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Limites do Assentamento Maria Cristina.....22

Imagem 2. Localização do Assentamento Maria Cristina/ Delmiro Gouveia – AL.....23

SUMÁRIO

Introdução.....12

Capitulo I: Revisão literária das questões agrária nas ciências sociais e no campo da geografia.....14

1.1 Revisão literária das questões agrária nas ciências sociais.....14
1.2 Revisão literária das questões agrárias no campo da geografia.....18

Capitulo II: Territórios e territorialidades da população do assentamento Maria Cristina.....22

2.1 O contexto socioespacial dos assentados.....22
2.2 Espacialização e territorialização da população do assentamento Maria Cristina.....27

Capitulo III: As múltiplas faces do território como resultados da prática humana.....33

3.1 Expressões do processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização no espaço agrário alagoano.....33
3.2 Os assentados e a luta pela terra em Delmiro Gouveia.....34

Considerações finais.....39

Referencias 41

Anexos.....43

INTRODUÇÃO

O território camponês é tema de destaque em diversos estudos das ciências humanas e sociais, açambarcando discussões que interferem a vivencia do camponês com a sua terra, sendo desde questões naturais como mudanças climáticas que, por ventura possam interferir na produção, causando um desconforto a família camponesa, até a interferência do mercado na produção. Sendo o mercado de comercialização uma invenção capitalista para dominar a produção de produtos específicos, torna-se questão central na discussão dos territórios camponeses, a dominação capitalista sobre a produção camponesa.

Não obstante, o conceito de questão agrária gira em torno dos artifícios criados pelos capitalistas, para sujeitar a produção camponesa a uma lógica de comercialização que os beneficie. Iniciando uma série de medidas de defesa da territorialidade dos camponeses. Nesse sentido, o conceito de território, tradicionalmente discutido pela geografia, tendo em vista a análise das relações de poder, partindo da visão de uma alta determinação do estilo de vida dos grupos inferiorizados.

A sujeição da renda camponesa pelos capitalistas, ocasiona em muitas oportunidades o abandono do campo pelas famílias camponesas, num movimento conhecido como desterritorialização, que representa não apenas a perda de uma área delimitada num determinado espaço, mas, também, representa o distanciamento parcial ou totalmente de seus costumes. Quando não se desterritorizam os camponeses têm a necessidade de arrumarem outros tipos de trabalho para complementar a renda da família, desenvolvendo habilidades extras como pedreiros, carpinteiros, costureiras entre outros.

A medida que os camponeses se desterritorizam, a busca por outros espaços para chamar de casa é reiniciada, dando origem ao processo de reterritorialização, que acontece quando uma pessoa ou um grupo de pessoas se deslocam deixando suas casas ou territórios e se reestabelecem em outras áreas, da mesma forma quando o domínio de um território muda de mãos e mudanças na organização e no uso do território acontecem. A análise dessas dinâmicas territoriais podem indicar quais movimentos internos ou externos guiam as dinâmicas econômica e sociais dos moradores do campo.

O conceito de território será empregado sobre a realidade do assentamento Maria Cristina, para analisarmos a efetividade e a aplicação dos estudos científicos sobre a questão agrária. O assentamento foi formado a dezessete anos, composto por setenta famílias camponesas, divididas em três vilas, sobre a narrativa da reforma agrária, que aloca famílias de camponeses que não possuem sua própria terra para que a partir do incentivo da doação de terras, as famílias possam produzir da terra e dela viver com dignidade e com acesso a todos os direitos básicos necessários a reprodução da vida.

O método utilizado para guiar a pesquisa foi o materialismo histórico dialético, onde se analisa diferentes aspectos da realidade com o intuito de realizar um compilado de informações sobre diferentes temas, comparando com acontecimentos do passado que podem ter servido de base para acontecimentos atuais, e a partir dessa conciliação de ideias entre os momentos históricos que se interacionam. Visto que a questão agrária é analisada a partir de processos que vão desde a transição do sistema feudal para o sistema capitalista, até os dias atuais.

As ideias de autores clássicos da questão agrária serão observadas por sua importância tanto para suas respectivas épocas quanto para a realidade atual. Afinal de contas, apesar de séculos de estudos sobre a questão agrária, o dualismo de dominado e dominador instituído sobre as relações sociais continua a ser camponês versos capitalismo, respectivamente. Acendendo a base teórica da discussão que deverá nortear os estudos discorridos ao longo do trabalho.

Capitulo I: Revisão literária das questões agrária nas ciências sociais e no campo da geografia

1.1 Revisão literária das questões agrária nas ciências sociais

No transcorrer de seu percurso, as ciências humanas foram consideradas como um saber utópico, um conhecimento pouco válido à luz da realidade histórica. A aludida crítica se justifica, de certo ponto, pela forma de análise a que se direcionam os estudos das áreas humanas, que na sua essência se atentam a uma abordagem social da realidade. É o caso, por exemplo, da filosofia, sociologia, antropologia, política, história, geografia e outras tantas áreas do conhecimento que se volta para este tipo de apreensão de um determinado contexto social.

Muitas dessas áreas trouxeram grandes contribuições para as discussões da questão agraria, a exemplo, da política, através da obra de Vladimir Ilitch Lênin (1982), *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Nesta obra, o autor recorre aos dados do governo para demonstrar que o campesinato russo está sendo dominado pelos capitalistas do campo no ano de 1892, e que o mesmo está em dias de ser extinto. Esta possibilidade foi levantada quando por meio de uma pesquisa documental, evidenciou que as pequenas propriedades estavam sendo compradas por grandes e médios proprietários de terra, e os camponeses agora desprovidos de suas posses passavam a se transformar em proletários, muitas vezes trabalhando nas terras que outrora foram suas, segundo Lênin (1982).

> Essa agricultura mercantil já se transforma em agricultura capitalista, porque a área semeada pelo campesinato rico excede a norma de trabalho de uma família (ou seja, a quantidade de terras que uma família pode cultivar com seu próprio trabalho), o que o obriga a recorrer á mão de obra assalariada (LÊNIN, 1982).

Os escritos de Lênin sobre a distribuição das terras russas e uma possível extinção do campesinato, marcaram uma mudança na forma de encarar as questões agrarias, isso porque, a situação não era solucionável apenas com a resistência dos camponeses, era necessária uma intervenção direta e estrutural em favor dos mais vulneráveis logo necessitava-se de uma revolução capaz de devolver aos trabalhadores rurais a dignidade de trabalhar outra vez em uma terra que fosse sua.
Outro autor muito importante para as discussões das questões agrarias foi Karl Kautsky (1980). Em seu escrito, *A Questão Agrária*, o autor discorre sobre a

produção camponesa e sobre a reprodução da vida do camponês, elencando como conceito central da obra a noção de trabalho acessório. O autor mostra que esse trabalho acontece em partes do ano onde o camponês não consegue trabalhar na terra, por isso eles a deixam para vender sua força de trabalho, enquanto aguarda as condições naturais se tornarem adequadas ao cultivo. A obra evidencia a continuidade da existência do campesinato e mostra como os camponeses organizam-se para manter sua cultura camponesa.

O camponês não é apenas o fornecedor de alimentos para a cidade, ele também precisa se inserir como fornecedor de força de trabalho. Porém, mesmo quando deixa a terra em busca de sustento para a família na cidade, o trabalhador do campo não abandona por inteiro sua essência de camponês, suas posses e criações a própria sorte. Segundo Kautsky, durante o tempo em que o pai da família se ausenta das tarefas do campo, cabe ao restante da família que ficou a tarefa de cuidar de todo, para que quando as condições forem novamente favoráveis, o pai da família retorne e um novo ciclo comece.

Outro autor de grande envergadura para a compreensão da territorialidade camponesa é Alexander V. Chaynov (1981). Em sua obra *A teoria dos sistemas econômicos não capitalistas* o economista e agrônomo, levanta uma discussão acerca da sobreposição do sistema de produção capitalista em relação aos demais.

> Todos os demais tipos não capitalistas de vida econômica são vistos como insignificantes, ou em extinção, no mínimo considerasse que não tem influência sobre as questões básicas da economia moderna e não apresenta, portanto, interesse teórico (CHAYNOV, 1981).

O autor supracitado assevera que o sistema capitalista atua para tornar os demais sistemas inoperáveis, pois todos os lugares onde o capitalismo atinge modificam-se suas relações, passando a obedecer uma lógica de mercado, desvirtuando as relações do antigo sistema. Outro ponto trabalhado pelo autor é a dinâmica de auto-exploração das famílias camponesas em suas produções, já que o campesinato não faz uso de mão de obra paga. A propósito, adverte o autor que quando atinge este ponto de equilíbrio, porém, não terá interesse em continuar trabalhando, já que todo o dispêndio adicional de trabalho se torna mais difícil de suportar, pelo camponês ou artesão, do que a renúncia de seus efeitos econômicos (CHAYANOV, 1981).

Dessa forma, o camponês trabalha fazendo uso da própria força de trabalho e da sua família, mas quando percebe que já produziu o suficiente para a manutenção das necessidades suas e de seus dependentes, ele de livre e espontânea vontade interrompe a própria produção. Essa é a diferença essencial, o estilo de vida camponês está ancorado na reprodução da vida dos indivíduos da família. Neste caso, os alimentos serão destinados em sua maior parte para a alimentação dos familiares, os excedentes são vendidos para que a família possa comprar os produtos que não produzem no campo.

O sistema de produção capitalista é exatamente o oposto, o objetivo da produção é o lucro, sendo assim, os capitalistas do campo produzem o máximo tangível no menor tempo possível. Em alguns casos várias vezes ao ano dependendo do tipo de cultivo e das condições climáticas. Não há nesse modo de produção um apego a terra, em muitos casos um proprietário detém dezenas de fazendas, onde não há uma periodicidade de visitação, e quando os investimentos nessas terras deixam de ser lucrativos para o capitalista que as abandona em busca de outras aquisições mais proveitosas, desconsiderando os efeitos colaterais a está ação.

O capitalismo articula diferentes mecanismos de atuação por onde passa, no campo brasileiro um sistema de controle das massas, que surgiu ainda durante o período escravocrata foi o coronelismo. Segundo Victor Nunes Leal, em sua obra, *Coronelismo enxada e voto* (1976), dois agentes diferentes são necessários para o funcionamento do sistema: o camponês, que ocupa um papel subalterno no sistema, sendo inteiramente controlado e dominado pelo senhor de terras, e o coronel, por sua vez, o dono de grandes parcelas de terra, o opressor do camponês, controlador das relações políticas da região, dispondo de grande quantia de capital, capaz de monopolizar o poder.

> [...] Concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível,

> pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1976).

Sendo o coronel o detentor do poder e tendo como força motriz de suas atividades a mão de obra camponesa, toma medidas para garantir que os seus trabalhadores não tenham acesso a informações que possam gerar uma insatisfação ou revolta ao sistema que lhe é tão satisfatório. Aos olhos do camponês, o coronel é um benfeitor, um amigo, o padrinho dos filhos ou do casamento, um indivíduo que faz parte da família. Isso acontece porque o homem do campo não tem contato com os meios de comunicação, nem com as pessoas das cidades grandes, ficando restrito à sua própria realidade. É por esse motivo que ele não reconhece a exploração que sofre do coronel.

> Se ainda não temos numerosas classes médias nas cidades do interior, muito menos no campo, onde os proprietários ou posseiros de ínfimas glebas, os “colonos” ou parceiros e mesmo pequenos sitiantes estão pouco acima do trabalhador assalariado, pois eles próprios frequentemente trabalham sob salário. Ali o binômio ainda é geralmente representado pelo senhor da terra e seus dependentes. Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural (LEAL, 1976).

O coronelismo ocorreu em todo o interior do Brasil, repercutindo uma herança latifundiária que se mantem desde a chegada dos portugueses, uma exclusão dos povos do campo dos frutos do seu próprio suor. Diversos autores de diferentes campos das ciências sociais discutem sobre a existência do coronelismo na atualidade, muitos falam que não existe mais a velha estrutura de isolamento de informação necessária a continuidade do sistema, porém o que nos interessa nessa discussão é a continuidade da predominância da dominação do capitalista sobre o camponês.

O sistema capitalista se mantem ativo a partir de reformas que aos poucos vão reestruturando e adequando o sistema as transformações da sociedade. Da mesma forma o coronel se adequa a modernidade na busca por manter seu poder

local. Bursztyn (2008) relaciona a sobrevivência da figura do coronel ao forte subsídio do estado capitaneado por esse, o autor enfatiza uma redução no número de coronéis, segundo ele tratasse de uma “seleção natural” que mina a força local dos menos influentes e reforça a hegemonia dos mais poderosos. A dominação capitalista envolve todos os espaços da sociedade e a dominação local do coronel faz parte do processo que se completa com as articulações a nível regional e nacional, a esse respeito Bursztyn (2008) observa que

> E, por meio dos mecanismos de redistribuição dos fundos públicos, o sistema político local pode ser “controlado” pelo governo central, que se assegura, desta forma, da fidelidade e da obediência dos coronéis, a quem interessa sempre está do lado da “situação”. (BURSZTYN 2008, p. 54).

O coronel que antes era um poderoso fazendeiro capitalista, que explorava os camponeses, transforma-se em um político controlador das dinâmicas locais, mesmo que ainda dependendo do controle da classe trabalhista da cidade ou região para garantir seus interesses pessoais, os fundamentos originais do coronelismo foram rompidos, por esse motivo BURSZTYN (2008) afirma que “nestes termos, vivemos um período de transição para uma situação de coronéis sem coronelismo”. O coronel continua guiando as relações de poder do lugar com hegemonia política, sobre a tutela dos seus superiores.

1.2 Revisão literária das questões agrárias no campo da geografia

Na década de setenta do século vinte a ciência geográfica passou por mudanças na sua estrutura, resultado de diversas críticas sobre os conteúdos pesquisados e suas aplicações práticas. Os críticos argumentavam que a Geografia era uma ciência que descrevia a realidade em um plano físico, e não conseguia explicar as transformações pela qual o mundo passava naquele momento com base em uma análise humanística da realidade. Diante deste contexto, a ciência geográfica iniciou um processo de metamorfose de suas formas de analisar a realidade, tendo como grande percursor dessas transformações o geografo Yves Lacoste. Em seu escrito, *A Geografia. Isso Serve em Primeiro Lugar Para Fazer a Guerra*, o autor critica os usos do conhecimento produzido pela geografia e enfatiza a conivência dos cientistas que produzem um conhecimento sem problematização social. É a partir desse período, que a geografia direciona seu olhar para as

questões sociais, dando abertura para a análise de novos temas como a geografia agrária, que analisa os diferentes interesses no uso do solo, tanto por parte dos grandes proprietários, como por parte dos camponeses, e as relações de poder envolvidas nesses usos.

Dentre as diversas obras de cunho geográfico que versam sobre o tema, algumas se constituem de grande importância para este trabalho. Nesse contexto, Ariovaldo Umbelino de Oliveira em sua obra, *A geografia das lutas no campo* (1994), faz uma análise das disputas por território envolvendo diversos grupos sociais ligados a terra no Brasil, como indígenas, quilombolas e camponeses, e do outro lado da disputa os latifundiários, muitas vezes apoiados e subsidiados pelo estado brasileiro. O autor destaca acontecimentos importantes para a discussão desse trabalho, como a criação das ligas camponesas, que posteriormente serviram de base para o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e essa por fim, serviu de base para a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), sendo esses dois últimos, os mais atuantes nas lutas por terra atualmente no Brasil.

As lutas dos camponeses por espaço de reprodução da vida acontecem em todo o mundo desde a dissolução do feudalismo europeu. Segundo Umbelino (2007) na obra *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agraria*, com o distanciamento dos camponeses dos centros de comércio, a comercialização dos seus produtos excedentes se tornaram um obstáculo, dificultando que esses pudessem obter a renda resultante de seu trabalho. Fazendo nascer ainda um novo agente nesse processo, o comerciante intermediário, que leva o produto do camponês para as distantes feiras. Logo, esse comerciante ficará com boa parte da renda que antes pertencia ao camponês, marcando o início de um novo modo de exploração, a monopolização da renda da terra camponesa.

> O comerciante aproveitava-se dessa situação para explorar o camponês. Nos anos de poucas colheitas, o camponês, sem dinheiro, passava a tomá-lo emprestado, e, para garantir o crédito, hipotecava as terras. Se a colheita do próximo ano era boa, ele conseguia se desvencilhar da hipoteca, caso contrário as terras iam a leilão e o bem hereditário, agora transformado em mercadoria, passava para o comerciante ou para o usuário, e o camponês transformava-se em um proletário. (OLIVEIRA, 2007).

Essa transformação do camponês em proletário serviu ao propósito do capitalismo nascente, que tanto necessitava de braços para alavancar sua

produção, pois necessitavam vender os produtos a um preço menor, e para chegar ao mesmo valor de renda, precisavam aumentar a produção. Ademais, os produtos das cidades tinham um preço menor, fazendo com que os camponeses foquem sua produção apenas em produtos agrícolas, e suas oficinas de quintal ou caem em desuso ou ficam restritas a produção para o uso do lar. Essa submissão do camponês pela produção capitalista se mantém por essa razão. Daí o interesse em apreender e interpretar o tema proposto neste trabalho.

O capitalismo no campo produz segundo suas próprias regras, utiliza-se o máximo de tecnologia para que a produção de riquezas seja maximizada, e o tempo de trabalho seja reduzido. Seguindo essa linha de raciocínio, Paulino e Almeida (2010), no livro, *Terra e território*: *a questão camponesa no capitalismo*, discorrem sobre o estilo de vida e de produção dos camponeses, demonstrando quais as diferenças entre a produção camponesa e a produção capitalista.

> Para entender essa diferença entre camponeses e capitalistas é preciso não esquecer que a família camponesa trabalha sem utilizar mão de obra paga e, portanto, os motivos para prosseguir ou não na sua atividade econômica são internos (extensão da área cultivável, tamanho da família, gral de suas necessidades e/ou exigência de consumo etc). Logo o gral de autoexploração é determinado pelo equilíbrio entre a satisfação das necessidades da família e a penosidade do trabalho familiar. (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

O camponês está no contraponto do “progresso” capitalista, ele é a resistência que o sistema econômico dominante considera ultrapassado e insustentável nos dias atuais. As transformações pelas quais o campesinato passou ao longo dos anos fez com que suas relações se tornassem mais próximas, de certo modo, pessoais. Fatores como a auto exploração e a busca pelo bem-estar da família como base da produção camponesa, mostram a contradição entre esse modo de produção e o modo de produção capitalista. Nada mais natural que esses sistemas estejam em rota de colisão, pelo menos por parte do capitalismo, que é um sistema de acumulação expansivo.

A produção capitalista no campo modifica a biodiversidade, na medida em que se utiliza de insumos químicos e sementes geneticamente modificadas. Segundo Porto-Gonsalves (2004) “*Cerca de “90% de nossa alimentação procede de apenas 15 espécies de plantas e de 8 espécies de animais*”. Essa simplificação das espécies cultivares resulta na chamada “*erosão genética*”, processo pelo qual se

deixa de lado milhares de espécies de plantas cultivadas pelos povos tradicionais, plantas que evoluíram conforme a evolução histórica da sociedade que as cultivaram. Para Porto-Gonsalves

> Com o monopólio das sementes (e do novo modo de produção do conhecimento a ele associado) a produção tende a se dissociar da reprodução (SHIVA, 2001) e, assim, a segurança alimentar perseguida por cada agrupamento humano durante todo processo de hominização, passa a depender de algumas poucas corporações que passam a deter uma posição privilegiada nas novas relações sociais e de poder que se configuram (PORTO-GONSALVES, 2004).

O autor ressalta que essas mudanças nas relações do campo estão ancoradas numa "*contra-reforma agraria*". Com raízes na economia e na geopolítica mundial, excluindo os povos tradicionais à medida que provoca como resposta o surgimento de grupos de luta por terra e território no campo. Todo esse processo leva a uma instabilidade irracional, onde as motivações não condizem com as finalidades, a revolução verde, por exemplo, foi aclamada como futura solução para a fome no mundo, más o que Porto-Gonsalves entre outros autores percebem é que após décadas de atuação desse sistema, a produção de alimentos se tornou muito maior que a demanda embora a fome e a fome extrema, ainda seja uma realidade em diversas regiões do mundo.

Capitulo II: Territórios e territorialidades da população do assentamento Maria Cristina

2.1 O contexto socioespacial dos assentados

O espaço é sempre um fator determinante na análise geográfica, e sua definição sugere uma delimitação de uma área onde se deseja investigar um determinado problema, a sociedade se desenvolve alterando-o de modo à recria-lo ao seu *bel-prazer* através do tempo, pois, segundo Santos (1997) “o espaço, ele mesmo, é social” e “não há sociedade a-espacial”. A humanidade acompanha as mudanças da história através do tempo adaptando-se a elas e transformando as suas próprias estruturas sociais no processo, garantindo assim que sua existência seja minimamente compatível a seu período histórico. Cada grupo social, porém, transforma o espaço de forma diferente, dessa forma mesmo dentro de um mesmo quadro histórico teremos diversas construções espaciais.

Imagem 1: limites do Assentamento Maria Cristina

Fonte: Google Earth, CNES/Airbus, 2020. Editado por: Feitosa, 2020.

O Assentamento Maria Cristina é uma comunidade rural formada por setenta famílias, divididas em três vilas, com média de moradores por residência superior a cinco pessoas por casa. Conforme pesquisa de campo realizada dia 14 de novembro de 2020, com vinte famílias de duas vilas constatou-se: uma família composta por 8 integrantes, duas composta por 6 integrantes, uma com 3 integrantes, uma com 7 integrantes, duas com 5 integrantes, duas com 11 integrantes, seis com 2 integrantes, três com 4 integrantes e duas famílias com 1 único integrante. Os dados revelam que 8 das 20 famílias são compostas por 5 ou mais integrantes, essas são formadas por pais, filhos e netos.

As famílias encontram dificuldades para acessar os serviços sociais básicos. Na comunidade não tem escola, tão pouco atendimento médico. Em entrevista com a moradora A, onde a mesma revela que os alunos do assentamento estudam o ensino fundamental no povoado a cerca de quatro quilômetros de distância e para o ensino médio precisam se deslocar até a sede da cidade de Delmiro Gouveia a aproximadamente 30 quilômetros todos os dias.

Imagem 2: localização do Assentamento Maria Cristina/ Delmiro Gouveia - AL

Fonte: Google Earth, CNES/Airbus, 2020. Editado por: Feitosa, 2020.

De acordo com Carvalho e Sergio (2019) o processo de fechamento das escolas do campo no Brasil tiveram importantes repercussões na instituição das políticas voltadas a qualidade de vida no campo

> No Brasil o fechamento das escolas localizadas no campo tem se configurado como uma política de Estado que, em nome da qualidade do ensino, implementa processos de nucleação ou polarização em toda a educação básica do campo, até mesmo na educação infantil (CARVALHO e SERGIO, 2019, p 193).

O distanciamento dos alunos do campo com a sua realidade traz diversos transtornos para a comunidade rural como um todo, dentre eles as autoras acima citadas destacam que “a nucleação corrobora com a retirada dos povos do campo de suas respectivas comunidades promovendo o seu desenraizamento e o distanciamento de sua cultura” (CARVALHO; SERGIO, 2019). Os planejamentos pedagógicos das escolas dos núcleos urbanos não incluem as questões que deveriam contemplar a educação das crianças e jovens do campo, tão qual os pais preocupados com os riscos do translado dos filhos que migram à cidade para ficar mais próximos do acesso as escolas. Conforme pode ser destacado através da entrevistada A, ocorrida dia 15 de setembro de 2020

> Se nós tivéssemos casa lá em Delmiro Gouveia, eu já tinha ido embora pra lá, por que minha filha chega em casa quase meia noite todo dia, nessas estradas correndo risco de acidente, de acharem bandido no caminho e quando o carro quebra chega uma, duas horas da madrugada. Isso lá é vida de gente?

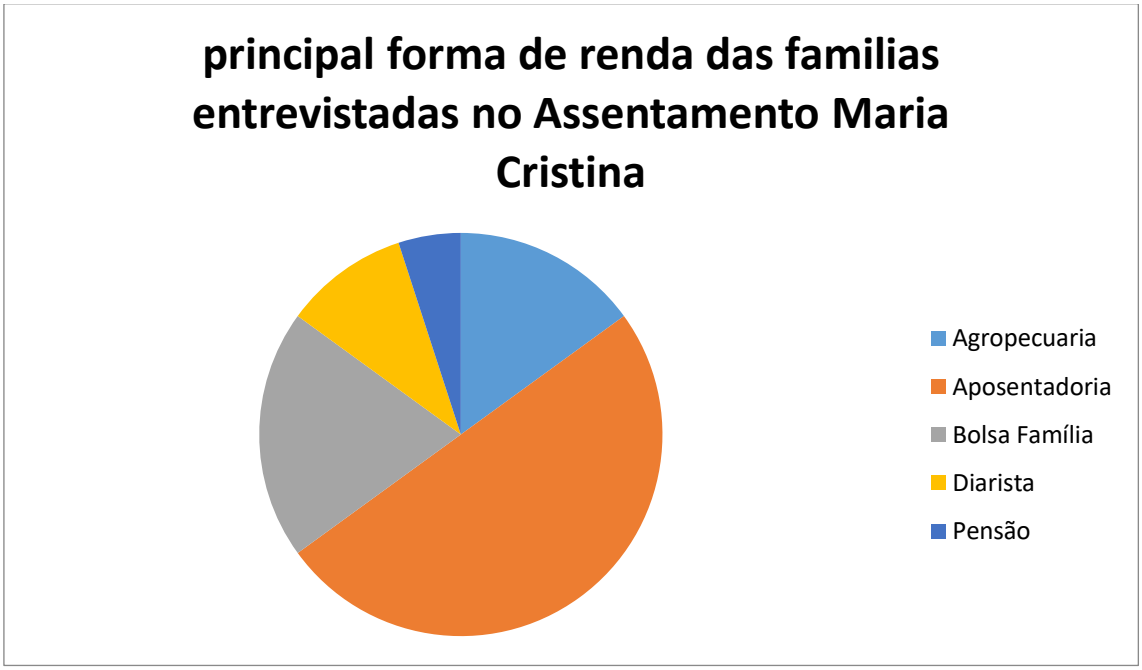
Em questionário realizado junto aos assentados de duas das vilas com vinte famílias, no dia 14 de novembro de 2020, evidenciou-se que, nas vinte famílias entrevistadas, existem 19 alunos que estudam no povoado Sinimbu e 2 que estudam no perímetro urbano da cidade de Delmiro Gouveia. A média de alunos por família entre os analisados na pesquisa está acima de um estudante por família residindo no assentamento, números mais que suficientes para justificar a necessidade da instalação de um núcleo educacional no assentamento.

A saúde que também é um direito básico essencial é ainda mais negligenciada, haja vista não haver na comunidade atendimento médico necessário, com ambulância ou assistente social para atender as famílias. Sempre que carecem de atendimento os moradores precisam contar com a ajuda dos vizinhos, como explica o entrevistado B, “quando adoece um, tem que ir atrás de alguém que tenha

carro para levar senão morre aí a toa". O direito universal a educação garantida no artigo 196, e o direito a saúde no artigo 205, da Constituição Federal, não atinge essa comunidade da maneira como deveria. Consolidando, portanto, a continuidade das lutas da comunidade por direitos essenciais ao exercício pleno da cidadania.

Apesar de todas as famílias trabalharem no campo, a principal forma de renda é a aposentadoria ou dos recursos provenientes dos programas de assistência. Na agricultura, as famílias produzem alimentos que costumam consumir, mesmo que alguns dos alimentos produzidos não sejam adequados para o cultivo na região. O gráfico a seguir foi elaborado com informações a partir do levantamento realizado junto aos assentados, no dia 14 de novembro de 2020. Na referida pesquisa participaram vinte famílias.

Gráfico 1: Principais formas de renda de renda das famílias entrevistadas no Assentamento Maria Cristina



Elaborado por: Feitosa, 2020.

Dos entrevistados apenas três famílias afirmaram ter nas atividades ligadas ao campo sua principal forma de renda, mesmo não sendo uma renda adequada a todas as suas necessidades, são essas famílias compostas por uma ou duas pessoas segundo a pesquisa. Uma das famílias entrevistadas na pesquisa revelou que não planta nenhum tipo de cultivo, nem cria qualquer tipo de animal, faz uso apenas da casa onde mora e sobrevivem de trabalhos realizados fora do assentamento, como diaristas em atividades diversas.

A insistência em manter o padrão de produção é uma característica do campesinato, que se baseia na transição do conhecimento das técnicas através das gerações dentro da família. Chaynov (1981) adverte para o fato de que a economia camponesa se diferencia da economia capitalista, principalmente, em razão da ausência da exploração do trabalho assalariado, pois conforme o autor a principal preocupação do camponês é garantir a alimentação da família em um sistema de produção tradicional.

As diferenças entre os interesses capitalistas e camponeses dificulta a existência de uma reforma agraria nos moldes tradicionais, e a força política dos capitalistas do campo que dominam a economia brasileira desde a chegada dos portugueses minou as tentativas dos grupos sociais que lutaram e lutam por acesso à terra e ao território camponês. De acordo com Cosme (2019) para o aparelhamento em torno desse processo chamado de contrarreforma agraria, sempre que surgiu a proposta ou a possibilidade de realização da reforma agraria os oligarcas do campo brasileiro transvestidos de políticos deram um jeito de impor barreiras à execução dos projetos, implantando obstáculos jurídicos para manter a estrutura o mais imutável possível. Ainda conforme ressalta o supracitado autor

> A ação dos dois órgãos criados pela letra do Estatuto da Terra: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), responsável pela reforma agrária, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que conduziria o processo de colonização, ambos em substituição à Superintendência da Política Agrária (SUPRA), primeiro órgão federal de execução dos programas de colonização e reforma agrária, herança ainda do governo Goulart, ilustra bem a farsa histórica consumada pelo processo contrarreformista do pacto burguesia latifundista e militares. (COSME, 2019, p. 66).

Alguns grupos foram formados tanto na sociedade como na política nacional. Cosme (2019), adverte para a criação da União Democrática Ruralista (UDR), nos anos oitenta e acrescido de partidários no governo de José Sarney, os partidários da UDR. Salienta o autor que *"*bradarem contra qualquer possibilidade de se mexer em um palmo sequer das suas imensas propriedades privadas capitalistas*"*. A dominação do cenário político pelos capitalistas do campo, regendo as leis que deveriam garantir a permanência dos camponeses nos assentamentos de reforma agrária e a criação de novos assentamentos suficientes para amenizar o déficit da população expropriada da terra no Brasil, permite apreender as dificuldades enfrentadas para superar as barreiras impostas pela contrarreforma agrária.

2.2 *Espacialização e territorialização da população do assentamento Maria Cristina*

O território é uma categoria de análise da geografia que sugere uma relação de poder em diversas circunstancias e intensidades. Apesar das semelhanças entre os conceitos de espaço e território eles não apresentam a mesma finalidade, como observa Raffestin (1993) “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível”, nessa análise o território é uma criação humana, o autor complementa “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço”. Todos os grupos da sociedade planejam algo em determinado espaço, logo existem diferentes tipos de territórios, servindo para diferentes interesses, visto que, “Toda prática espacial, mesmo embrionária, introduzida por um sistema de ações ou de comportamentos se produz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede” (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

O território camponês se difere dos demais em diversos aspectos, Oliveira (2007) elenca os “elementos estruturais da produção camponesa”, que ajudam a compreender o território camponês, são eles: “a força de trabalho familiar”, a família divide as tarefas do campo entre seus membros, principalmente por ser um tipo de cultivo da terra que não gera grandes lucros e na maioria dos casos não sobra dinheiro para contratar trabalhadores. “A parceria”, troca de dias de serviço normalmente com outros camponeses vizinho. “A propriedade da terra”, nesse caso a terra é tida como meio de produção e de identidade cultural, vivendo em sua pequena parcela de terra o camponês garante a sua particularidade em um modo de produção distante do modo de produção capitalista.

Os moradores do assentamento Maria Cristina trabalham em lotes individuais de aproximadamente sete hectares de terra, como se pode verificar na imagem 1. Segundo o Instituto Nacional de Reforma Agraria – INCRA – (2020), em uma nota informativa de seu site intitulada “Assentamentos” “A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas”. E também que “O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia e pelas condições produtivas que o local oferece”. As afirmações perdem o sentido prático quando observamos os índices básicos de

2013, do Sistema Nacional de Cadastro Rural utilizado pelo próprio instituto para analisar a capacidade de acomodação em cada assentamento.

Por meio do Sistema Nacional de Cadastro Rural o INCRA define o módulo fiscal de cada propriedade como, a porção de terra que uma família camponesa necessita para sobreviver trabalhando apenas nas atividades do campo. Para a cidade de Delmiro Gouveia um módulo fiscal corresponde a setenta hectares de terra, sendo assim, os moradores do assentamento Maria Cristina receberam apenas, aproximadamente, dez por cento da quantidade de terras que deveriam, ou onde se colocou setenta famílias, inicialmente, só havia espaço para sete. Ainda na nota sobre os assentamentos, o INCRA informa que “eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas”. No que diz respeito a assistência técnica o entrevistado B, ressaltou que

> Dois técnicos chegavam aqui, perguntavam como nós estava, sentava, tomavam um cafezinho, pediam para nós assinarmos um papel e iam sim bora. Nunca foram nem olhar onde é nossa roça, ai depois de três anos botamos eles pra correr daqui.

Na pratica, os assentados não recebem nem nunca receberam assistência técnica que lhes proporcionaria um melhor desenvolvimento das suas atividades agrícolas, ficando na dependência das próprias técnicas de produção, cultivando e criando plantações e animais aos quais já estão adaptados mesmo não sendo na maioria das vezes os mais indicados para o meio onde vivem. Isso porque, na cultura camponesa se tem o cultivo de produtos da base alimentar da família produtora, onde as famílias plantam: milho, feijão, mandioca, batata doce, abobora e melancia, também criam galinha, gado, ovinos, caprinos e suínos. Segundo Chayanov (1981) isso acontece porque na “*economia natural*” quem comanda o ritmo da produção é a ”exigência de satisfazer cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo unidade de consumo”.

A tabela subsequente, elaborada a partir de pesquisa de campo realizada, dia 14 de novembro de 2020, demonstra os principais cultivos e a quantidade de famílias que se dedica a produção de cada cultivo, seja ele dedicado a alimentação, venda ou a alimentação de animais.

Tabela 1: Tipo de Cultivo das famílias no Assentamento Maria Cristina

Cultivos	Quantidade de Famílias que cultiva	Percentual geral de famílias (%)
Feijão	19	95%
Milho	19	95%
Macaxeira	06	30%
Hortaliças	01	05%
Palma	03	15%
Mandioca	01	05%
Batata doce	01	05%
Capim	02	10%
Não Planta	01	05%

Elaborado por: Feitosa, 2020.

A superioridade no número de famílias que produzem Feijão e milho em relação aos demais cultivos, reafirma a relação da produção camponesa com a alimentação da família, sendo que esses dois alimentos formam a base alimentar das famílias camponesas.

Os camponeses conseguem produzir os alimentos através de uma seleção genética natural, que acontece quando esses plantam e guardam das sementes plantadas para a próxima estação de plantio, adaptando cada vez mais suas sementes as condições naturais onde se planta. Um estilo de conservação genética cada vez mais difícil de manter, devido ao avanço do capital no campo. De acordo com Lima (2018) as grandes empresas capitalistas produtoras de sementes usam influência política e comercial para barra o uso de sementes tradicionais “essas ações significam um ataque à autonomia dos territórios dos camponeses e povos tradicionais”, “atentando contra a sua sociabilidade, baseada no conhecimento e salvaguarda secular de sementes crioulas”.

Acontece que nem sempre o camponês consegue uma boa safra para alimentar a família e guardar sementes para o próximo plantio, é nesse momento que os capitalistas que dominam a produção de sementes aproveitam para vender seus produtos geneticamente modificados, quebrando a aliança histórica do camponês com a terra e destruindo variações de plantas aprimoradas naturalmente por séculos. Sobre a produção de feijão dos assentados em 2020, o entrevistado B destacou que “esse ano até para comer nós vamos comprar feijão”. Ao longo dos anos o capitalismo vem buscando espaço no campo e aos poucos suprimindo o

modo de produção camponês, na ânsia de transforma-lo em algo mais próximo a seus interesses. Como afirmam Souza e Conceição (2008)

> É neste contexto que o capitalismo passa a difundir o discurso da agricultura familiar, que diferente da agricultura camponesa vem ideologicamente, demonstrar que o camponês (atrasado segundo esta vertente) se modernizou, ou seja, se inseriu no circuito do capital, tornou-se um agricultor familiar. (SOUZA e CONCEIÇÃO 2008).

O capitalista nesses casos não precisa se deslocar ao campo para tomar para si o território, ele se contenta em dominar as relações de produção e de comércio monopolizando a renda da terra camponesa. No assentamento mais de 90% das famílias criam gado, com média de dez cabeças por família, a atividade não gera muito lucro por diversas razões, dentre elas sendo a principal a falta de compradores e a baixa oferta de preços. Segundo o entrevistado C: “quando nós vamos comprar um bezerro desmamado é quinhentos reais, quando vai vender uma vaca é oitocentos reais”. Os assentados informaram que os compradores e vendedores de gado são as mesmas pessoas que “aproveitam a distância da cidade para comprar ao preço que quiserem”.

Tabela 2: Animais criados pelas vinte famílias entrevistadas no Assentamento Maria Cristina

Animais criados pelas vinte famílias entrevistadas no assentamento Maria Cristina			
Animais	Quantidade de animais	Quantidade de famílias criadoras	Percentual geral de famílias criadoras (%)
Bovinos	42	10	50%
Equinos	08	05	25%
Ovinos	142	10	50%
Caprinos	31	04	20%
Suínos	05	05	25%
Aves	250	13	65%
Não cria	0	01	05%

Elaborado por: Feitosa, 2020.

Dessa forma, todas as formas de renda da terra camponesa são drenadas das mãos dos camponeses, essa renda que para o camponês representaria os rendimentos para manter a família até a próxima safra ou até a próxima geração de animais chegarem no ponto de venda para o abate. Já o comerciante, se põe como

uma barreira entre o produtor e o consumidor, controlando valores e prejudicando os camponeses. Segundo Paulino (2004), “assim, fica difícil separar qual a fatia de renda apropriada pela indústria a montante da agricultura, já que os comerciantes locais também lucram com a venda desses produtos”. Para manter a sua cultura camponesa viva as famílias tem que se reinventar. No que diz respeito a está afirmativa, Paulino (2004) ressalta que

> Assim, a monopolização das parcelas do território dominadas pelos camponeses se verifica em diversos flancos, ainda que isso não represente sentenças apriorísticas de desaparecimento, já que os camponeses buscam permanentemente alternativas para preservarem sua autonomia. (PAULINO, p. 15, 2004).

A alternativa mais, comumente, utilizada no assentamento Maria Cristina é mandar parte dos filhos para a cidade ou para outra região a procura de trabalho que possa auxiliar na renda da família, mais de 90% das famílias tem ao menos um membro nessa situação. Muitos dos moradores que ficam, trabalham em atividades diversas em sistema diarista no assentamento ou em fazendas e sítios vizinhos. Ao analisar a migração no Semiárido alagoano Albuquerque (2014) constatou que

> O camponês do Semiárido alagoano não consegue viver só da produção obtida na sua terra, ela é insuficiente e precisa do complemento de outras rendas. A venda de dias de trabalho a um grande proprietário da região ou mesmo o trabalho como pedreiro, marceneiro ou outros, também não garante a sua e a sobrevivência da família. Migrar é preciso. (ALBUQUERQUE, 2014).

A emergência para manter a família sobre padrões de vida minimamente aceitáveis, os camponeses se submetem a formas de trabalho degradantes, perto ou longe da cidade onde residem. A análise da situação migratória no Semiárido alagoano apresentado por Albuquerque (2014) da conta de que um dos principais destinos dos migrantes da região são os canaviais do estado de Alagoas. Os capitalistas açucareiros dependem da mão de obra barata para realizar a colheita em áreas de difícil acesso das maquinas agrícolas. Conforme chamou atenção Albuquerque (2014) “Sua força de trabalho ajuda a indústria canavieira a existir e a prosperar”. A migração do Semiárido alagoano é seletivo e afeta em especial as camadas inferiores da sociedade, A propósito deste aspecto, Albuquerque (2017) destaca que para o trabalho “migram os pobres e, destacadamente, os mais jovens.

Os proprietários rurais de unidades produtivas de pequeno e médio porte e seus filhos formam a massa de migrante" (ALBUQUERQUE, 2017, p. 111).

Esse movimento de busca por trabalho suplementar em períodos entre as safras é chamado por Kautsky (1980) de trabalho acessório, que de acordo com o autor "enfim, cria entre os pequenos lavradores a necessidade de ganhos acessórios, obtidos fora de sua própria exploração". Diante do exposto, é importante chamar atenção para o fato de que nessas ocasiões o camponês é forçado a vender sua força de trabalho de forma inadequada e sem o devido merecimento. Por essa razão

> A terra deles é muito limitada para fornecer o excedente sobre as necessidades de sua própria casa. Eles não têm produtos agrícolas que possam levar ao mercado. A única mercadoria que podem vender é a sua força de trabalho que só temporariamente é reclamada em globo pela sua própria exploração. Um dos meios de aproveita-la reside no trabalho assalariado, efetuado nas empresas maiores (KAUTSKY, p. 15, 1980).

Uma grande quantidade de famílias inicialmente assentadas deixou a terra para morar na cidade ou em outras terras, um número superior a 60%. Os principais motivos para a desterritorialização no assentamento Maria Cristina, segundo os próprios desterritorializados são: 1 – busca de oportunidades de trabalho (devido a incapacidade de adquirir uma renda satisfatória da terra); 2 – busca por direitos sociais básicos (principalmente famílias onde membros tenham algum problema de saúde que necessite de cuidados constantes); e 3 – dificuldades no traslado do assentamento para a cidade e vise versa.

Dos desterritorializados, 10 famílias se fixaram novamente no campo em outras áreas, e outras 16 arrendam terras de outras pessoas para trabalhar durante o período da safra de milho e feijão. Essa nova busca pela terra reforça a ideia de que o vínculo desses camponeses pela terra está mais diretamente relacionado com um traço cultural, do que com uma atividade econômica propriamente dita.

O espaço deixado pelas famílias desterritorializadas passa a ser ocupado por novas famílias que iniciaram um novo ciclo de exploração da terra, sobre seu ponto de vista, que para Haesbert (2004) representa um movimento de reterritorialização. Muitos dos novos assentados não moram no assentamento, visitam suas casas apenas nos fins de semana, deixando os moradores mais antigos confusos. Algo nítido nas palavras da entrevistada D "olha tem tanto morador novo aqui que eu não sei nem de onde sai tanto, só vejo passar aí, não conheço quase ninguém".

Capítulo III: As múltiplas faces do território como resultados da prática humana.

3.1 Expressões do processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização no espaço agrário alagoano.

O acesso à terra para os camponeses no Brasil, por séculos foi controlado por um sistema de produção e dominação que priorizava a produção para a exportação, o plantation, do período colonial, que deu origem a uma concentração de terras que até hoje se mantem em atividade. A lei de terras de 1850, garantiu a posse da terra para uma elite, enquanto, impossibilitou que a maioria trabalhadora, especialmente, os escravos, prestes a serem libertos, tivessem qualquer chance de acessar as terras desprovidas de dinheiro e de bens de alto valor.

A única saída para aqueles que eram explorados e castigados pela esmagadora força do progresso era, em princípio, fugir e em seguida resistir. Dessa maneira, surgiram os quilombos, entre eles, o quilombo dos palmares, o maior do estado e o mais notório no país, com uma organização de autodefesa e produção independente. De acordo com os dizeres de Albuquerque (2017), Palmares chegou a abrigar trinta mil pessoas, não somente escravos, como também, camponeses brancos que trabalhavam para os senhores de engenho e decidiram fugir para buscar um lugar onde pudessem produzir livremente, não obstante, o autor ressalta ainda a importância de Palmares para a formação territorial do semiárido alagoano.

> A destruição de Palmares e de outros pequenos quilombos existentes no território alagoano foi uma ação decisiva para a constituição do campesinato negro, pardo, mameluco e mestiço que hoje habita o sertão e o agreste alagoano. Com a queda de Palmares, os negros que não foram mortos ou recapturados fugiram ainda mais. Ao fazerem isso forçaram o dilatamento das fronteiras e fortaleceu uma nova interiorização, uma interiorização fora de ordem. Buscavam terras onde pudessem viver em liberdade, onde o poder repressor ainda não estivesse instalado ou fosse menos intenso e encontrasse dificuldade de alcançá-los. Por motivos semelhantes, índios e pobres livres haviam feito ou faziam o mesmo movimento. (ALBUQUERQUE, 2017).

Nesse sentido, a fuga dos camponeses era uma busca por liberdade e dignidade, que lhes eram negados no entorno dos canaviais, porém, a perseguição não era apenas por terra, uma vez que esta era dada aos perseguidores que não faziam conta dela na maioria das vezes. Outrossim, era uma busca do senhor de

engenho pelas suas “ferramentas de trabalho”, que nesse caso se tratava do corpo e da força dos camponeses em fuga, uma clausura que só acabava após a morte. O território para Raffestin (1980), está ligado ao poder, sendo que este só emerge por meio de uma dominação do espaço, que anteriormente existia sem nenhuma interferência direta ou especulativa dos indivíduos, dessa forma, os territórios do Sertão e Agreste de Alagoas foram se formando, sendo destruídos pouco depois, e, imediatamente, reconstruídos por povos fugitivos dos barões de engenho do litoral e da zona da mata.

> Sem maiores rigores, três diferentes processos históricos produziram o povoamento e a sociedade que temos hoje no semiárido alagoano. O primeiro foi composto por diversos deslocamentos migratórios de povos indígenas, de negros rebeldes e de pobres livres que deixaram o litoral e a zona da mata e deslocaram-se interior adentro. (ALBUQUERQUE, 2017, p.81)

No Sertão de alagoas, onde se encontra a cidade de Delmiro Gouveia, a formação do campesinato não foi diferente do restante do estado. Nesse sentido, Albuquerque (2017) afirma que “desde os tempos mais primitivos, o elemento indígena ocupou as terras do semiárido”, ademais da existência de grupos quilombolas na região. Por outro lado, Vieira (2010) relata que “Os dados históricos que fazem referência aos Pankararu ou Pankaru datam de 1702”, devido a perseguição contra os indígenas em todo o Brasil e a fuga de alguns grupos para o alto Sertão alagoano, dando origem as aldeias existentes atualmente na região. São esses povos, essencialmente, que iniciam as atividades camponesas do alto Sertão alagoano, indígenas fugitivos dos aldeamentos modernos e quilombolas também fugidos dos quilombos espalhados ao longo do estado, que viviam a sombra das grandes fazendas dos barões e coronéis da região.

3.2 Os assentados e a luta pela terra em Delmiro Gouveia

A estrutura agrária do alto Sertão de Alagoas se manteve a mesma, com diversos camponeses trabalhando e algumas vezes morando nas grandes fazendas dos coronéis até 1987, quando trabalhadores da fazenda Peba, em Delmiro Gouveia, decidiram lutar pelo direito a um pedaço de terra que fosse seu. Um marco que simbolizou não apenas a mudança naquela fazenda, mas em toda uma sociedade. A propósito, o lugar e o direito dos pobres em relação aos ricos, iniciou-se uma verdadeira guerra ideológica entre os que se consideram assentados e

acampados da reforma agrária, trabalhadores e os que os consideram marginais. O processo de luta pelo acesso à terra foi possível por meio de artifícios legais como observado por Silva (2019), quando a autora, ressalta a importância da participação de um sindicato existente na cidade de Inhapi para a organização da ocupação.

> Frente aos desafios apresentados, a compreensão do referido contexto deve considerar também – além do histórico de conflitos agrários e do cenário de discussão dos marcos legais pós ditadura civil-militar –, a posição da Igreja Católica, em particular, das pastorais rurais que passaram a se identificar com o cotidiano daqueles que lutam pelo acesso à terra e pelo direito à cidadania, como também o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) no tocante a essa experiência o STTR de Inhapi e a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região. Para ampliar e aprofundar a reflexão sobre o fazer-se da ocupação da Fazenda Peba, foi utilizado a metodologia da História Oral, focando nos sujeitos que participaram da experiência de ocupação e resistência que resultou em uma experiência de reforma agrária na região. (SILVA, 2019).

A conquista do primeiro assentamento rural do alto Sertão alagoano, e de Alagoas, propriamente dito, contou com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), como afirmam Silva e Soares (2019), e da presença de um representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município de Inhapi, no primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em Cascavel, Paraná, em 1984. O MST lutou e articulou junto aos trabalhadores rurais a permanência do acampamento em 1987, que se torna assentamento em 1988, o primeiro do estado de Alagoas, que tinha 110 hectares e incorporou 08 famílias. No ano seguinte fixaram o assentamento Lameirão, com 26 famílias assentadas, com uma área total de 1689 hectares, o segundo assentamento do estado, que havia sido acordado com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria.

> As ações de ocupação, resistência, transferência de acampamento para a capital e mobilização nos prédios públicos, tecidas pelos (as) trabalhadores (as) com o objetivo do direito a posse terra, iniciado em 1987 finaliza com a aquisição da segunda fazenda, a fazenda Lameirão, no final de 1988, contém uma de 1.744,9583 hectares com 31 famílias que residem no assentamento (SILVA, 2019, p. 41). A ocupação da fazenda Peba resulta na constituição de dois assentamentos na região do sertão de Alagoas. (SILVA, 2019, p.12).

A partir daí os assentamentos rurais espalharam-se por todo o estado de Alagoas, dando um novo sentido aos terrenos que eram desapropriados para a reforma agrária, transformando-os em território camponês. Para Chaynov (1981), o camponês é o sujeito que mora no campo, nele produz, e por meio dele explorando sua própria força de trabalho e de sua família busca sobreviver, consumindo e vendendo o excedente de sua produção. Uma das dimensões do conceito de território indica que os indivíduos interagem com o território, em um processo de formação tanto do território quanto de sua própria personalidade e estilo de vida. Nesse sentido, Haesbaert (2014) observa os escritos de Milton Santos para entender a dicotomia do conceito de território nas dimensões cultural e econômica. Consoante com o autor.

> Numa distinção muito interessante entre território como recurso e território como abrigo, santos afirma que, enquanto “para os atores hegemônicos o território é um recurso, garantia de seus interesses particulares”, para os “atores hegemonizados” trata-se de “um abrigo”, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. (HAESBAERT, 2014).

Então o território para a geografia está para além de uma simples dominação de uma área do espaço natural, ele leva em consideração todos os interesses que movimenta os agentes que atuaram sobre um determinado território, modificando-o e transformando-o em uma área voltada a atividades que os interessam, essas transformações são aceleradas pela dinâmica de expansão das grandes redes capitalistas. Segundo Haesbaert (2010) a interferência das grandes empresas altera a dinâmica regional destruindo a cultura regional em busca de uma produção concentrada no circuito superior da economia.

A cultura regional dos camponeses apresenta-se na sua forma de produzir (na maioria dos casos, técnicas passadas de geração em geração), nos tipos de cultivos desenvolvidos (na maioria dos casos, cultivos que servem de base alimentar da família produtora) e uma venda da produção a nível local (quase sempre nas feiras das cidades mais próximas). Dessa forma, os camponeses estão diretamente integrados a sociedade a sua volta, mantendo viva uma cultura secular, mesmo com o avanço das grandes redes, invadindo seus espaços de produção e venda de seus produtos.

Considerações finais

A reforma agrária brasileira vem ao longo de décadas realizando a importante função, de redistribuir a terra, aumentando a porcentagem do domínio dos camponeses sobre seu principal meio de trabalho. Entretanto, a estrutura criada em torno das leis que regulamentam a reforma agrária, contribui para que os assentamentos não tenham as condições necessárias para um desenvolvimento satisfatório, na economia e no bem-estar social. O distanciamento do fundamento central da reforma agrária no Brasil está intimamente ligado aos interesses dos capitalistas do campo do país, que se solidifica com a formação de grupos políticos nas mais altas esferas do país. A criação das leis que regulamenta a reforma agrária no Brasil é discutida e aprovada por capitalistas com interesses para não realização do projeto em forma plena.

No assentamento Maria Cristina, podemos observar que muitas das famílias que iniciaram o assentamento desistiram de suas casas e lotes, depois de anos de trabalho beneficiando a terra pala qual tanto lutaram, tornando a depender de sua força de trabalho para sobreviver na cidade e distanciando-se novamente de sua identidade cultural. Uma ruptura devastadora para famílias que conviveram com seus ancestrais nos sítios e fracassam na sua tentativa de regate cultural. O mais desolador é perceber que os camponeses assumem uma alta culpa, por incapacidade de analisar os macros sistemas que agem contra o seu modo de produção e estilo de vida.

A reforma agrária brasileira deveria corrigir uma injustiça histórica que tem início na chegada dos portugueses, que dizimaram os indígenas, exploraram as terras com mão de obra escrava e ao fim da escravidão criaram leis que garantiram que os senhores de terras se perpetuassem no controle das suas áreas de domínio, transferindo-as aos seus descendentes e impedindo os pobres e negros da época de cultivar num espaço agrário que lhe pertencesse. Da mesma forma, as poderosas famílias fazendeiras brasileiras dominaram a política e a economia do país, mantendo um sistema de produção que oprime as classes inferiores. Esses poderosos participaram da elaboração das leis que balizam a reforma agrária no Brasil.

Em razão da interferência dos poderosos, perpetuam-se situações históricas cristalizadas nas leis como a possibilidade de um fazendeiro que utiliza trabalho

escravo, grilar terras, destroem mata nativa e polui o solo que explora (mesmo todos esses sendo critérios individuais para desapropriação para fins de reforma agrária), possa manter suas terras se estiverem cumprindo seu papel social. No Brasil o papel social da terra não é empregar e sim produzir lucro. Então se o fazendeiro estiver produzindo não há problema. Mesmo com todo esse mecanismo de apoio jurídico, ter uma terra desapropriada para a reforma agrária não representa prejuízo, ao contrário, existem milhares de fazendas improdutivas no Brasil, onde não existe produção significativa a décadas, aguardando o preço da terra subir o suficiente para serem contempladas pela desapropriação.

Por essa razão, é aceitável a ideia de que os camponeses que se encontram envolvidos num esquema de dominação de massa secular, que se aprimora com o passar do tempo e se mantem balizado no sistema de produção capitalista. Cabe lembrar que o sistema capitalista se sobrepõe aos demais sufocando-os e dominando todos os espaços que toca, mesmo que em muitos casos de maneira remota por uma relação de causa e efeito, como no caso dos assentamentos de Delmiro Gouveia, e, entre eles, o Maria Cristina. Mesmo com seis assentamentos na cidade a maioria das terras do município constituem latifúndios e muitos desses retidos especulativamente, representando poder dos grupos oligárquicos da região.

Sendo o interesse dos fazendeiros capitalistas na venda das fazendas que são pagas pelo governo, más não o desenvolvimento da agricultura camponesa, torna-se notável as razões pela qual mesmo estando de posse dos lotes os camponeses não conseguem reproduzir seu estilo de vida, nem garantir seus direitos básicos como: uma educação de qualidade, focada na realidade camponesa e desenvolvida no seio de seu assentamento; um núcleo de saúde; assistência técnica, desviando em completo do seu teórico objetivo, que seria de garantir um desenvolvimento justo da vida das famílias e estimular a produtividade das terras que antes se encontravam improdutivas.

Dessa forma, mesmo passando por diversos processos de desterritorialização e reterritorialização os camponeses seguem lutando para manter sua essência cultural, seja continuando no assentamento contra todas as expectativas e buscando novas áreas para plantar ou indo morar na cidade para trabalhar em tarefas diferentes e arrendando terras para trabalhar no inverno. O camponês segue traçando seu curso e reinventando-se para sobreviver ao manipulador e perverso capitalismo.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Cicero Ferreira de. **Campesinato e Migração em Alagoas**. Maceió, EDUFAL, 2017.

_____. Migração Camponesa: dominação e resistência ao capital. **Revista de Políticas Públicas**. Jul. p. 453-458, 2014.

BRASIL, Constituição (1988), título VIII – Da Ordem Social, art. 196, art. 205.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Garamonde: Fortaleza, 2008.

CHAYNOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: **A questão agraria**. SILVA, Jose Graziano da. Stalck, Verina, (Org.). São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em: 19 de set de 2020.

_____.Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes. Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Lucas Gama. Capital mundializado e a geopolítica dos alimentos: uma análise das contradições da oferta de sementes. In: **XIX Encontro de geógrafos**, João Pessoa, Jul, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

PAULINO, Eliane Tomiase; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. 1. ed. São Paulo: expressão popular, 2010.

_____. Sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital. **Revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiros** – seção três lagoas. n. 1, Nov, 2004, Três Lagoas, 2004.
PEDLOWSKI, Marcos Antônio; BELO, Diego Carvalhar. Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra. Presidente Prudente, **REVISTA NERA**, n. 24, Jan/Jun, 2017.

PORTO-GONSALVES. Carlos Walter. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente**: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. Florianópolis: Inter Thesis, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Josefa de Lisboa; FILHO, Eraldo da Silva Ramos; SANTOS, Layani Rose Souza (Org.). **Ajuste espacial do capital no campo** – questões conceituais e R-Existências. Aracaju: ArtNer comunicação, 2019.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. São Paulo, Boletim Paulista de Geografia, n. 54, p. 80-100, Jun. 1997.

SILVA, Aline Oliveira da. Ocupação da fazenda Peba: Uma experiência de reforma agraria no Sertão do Rio São Francisco. ANPUH – Brasil – **30º Simpósio Nacional de História**, Recife: 2019.

SOARES, Estevão Firmino. **A Igreja Católica e a luta pela terra no Sertão**: história do assentamento Peba, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980-1989. História, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz Conceição. As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio; In: **Revista Pegada**, São Paulo, v. 9. n. 1, Jun, p. 103-123, 2008.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. Povos do Sertão de Alagoas: confinamento, diáspora e reterritorialização. Maceió: **Revista Incelências**, 2010.

Anexos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Pesquisa de campo direcionada ao assentamento Maria Cristina, para fins acadêmicos.
Data:
Vila: Família:

QUESTIONÁRIO

1. Quantas pessoas constituem a família? ____
2. Onde estudam as crianças, jovens e adultos? Quantos são?
   _____ _____ _____

3. Qual a principal forma de renda da família?

Agropecuária [ ] Aposentadoria [ ] Bolsa família [ ]. Outros _____

4. Há quanto tempo a família mora no assentamento? _____
5. Quais animais a família cria e quantos?

Bovinos __ Ovinos__ Caprinos__ Suínos__ Aves__. Outros_____

6. Principais cultivos da família. _____